

**ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DA ASSISTÊNCIA À
SAÚDE DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE****EDUCATIONAL STRATEGIES FOR TEACHING HEALTH CARE FOR
PEOPLE DEPRIVED OF FREEDOM****ESTRATEGIAS EDUCATIVAS PARA LA ENSEÑANZA DE LA ATENCIÓN
DE LA SALUD A LAS PERSONAS PRIVADAS DE LIBERTAD**

Diego Henrique Brilhante de Medeiros¹
Almária Mariz Batista²

RESUMO

A assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade requer formação profissional específica e contínua, a fim de se adquirir e aperfeiçoar competências para atuação em contextos de populações vulnerabilizadas. O objetivo deste estudo foi realizar revisão integrativa da literatura concernente a estratégias educacionais aplicadas ao ensino da assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade. Para tanto, foram aplicados os descritores “*education*”, “*prisons*” e “*health care*” às bases de dados *Scopus*, *Science Direct*, NCBI (via *PubMed*) e *Google Scholar*, sem restrição temporal, a fim de responder a pergunta de pesquisa “Quais as estratégias educacionais aplicadas ao ensino da assistência à saúde voltada a pessoas privadas de liberdade no contexto do ensino na saúde?”. Constatou-se escassez de estudos sobre o tema, tanto durante a revisão integrativa quanto durante o levantamento bibliográfico não sistematizado para constituição do referencial teórico e discussão dos resultados. A revisão integrativa selecionou 6 artigos, todos publicados a partir do século XXI. Estes abrangeram graduação, pós-graduação e educação permanente para formação profissional e educação em saúde para pessoas privadas de liberdade. O fortalecimento de pesquisas sobre o tema no contexto do ensino na saúde é urgente e fundamental, a fim de fomentar implantação curricular e desenvolvimento de políticas públicas que apoiem a remodelagem dos processos de formação profissional e de trabalho no serviço de saúde.

Palavras-chave: ensino; assistência à saúde; prisões.

ABSTRACT

Providing healthcare to people deprived of liberty requires specific and ongoing professional training to acquire and hone skills for working with vulnerable populations. The objective of this study was to conduct an integrative literature review on educational strategies applied to healthcare delivery for people deprived of liberty. To this end, the descriptors “*education*,” “*prisons*,” and “*health care*” were applied to the *Scopus*, *Science Direct*, NCBI (via *PubMed*), and *Google Scholar* databases, with no time restriction, to answer the research question “What educational strategies are applied to healthcare delivery for people deprived of liberty in the context of health education?” A scarcity of studies on the topic was identified both during the integrative review and during the non-systematized literature survey to establish the theoretical

¹ Mestre em Educação, Trabalho e Inovação em Medicina, Escola Multicampi de Ciências Médicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, <https://orcid.org/0009-0004-7376-9408>, brilhantediego1191@gmail.com.

² Doutora em Ciências da Saúde, Escola Multicampi de Ciências Médicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, <https://orcid.org/0000-0001-5824-7485>, almaria.mariz@ufrn.br.

framework and discuss the results. The integrative review selected six articles, all published since the 21st century. These articles covered undergraduate, graduate, and continuing education programs for professional training and health education for people deprived of liberty. Strengthening research on this topic in the context of health education is urgent and fundamental, in order to promote curricular implementation and the development of public policies that support the remodeling of professional training and work processes in the health service.

Keywords: teaching; delivery of health care; prisons.

RESUMEN

Brindar atención médica a personas privadas de libertad requiere una formación profesional específica y continua para adquirir y perfeccionar habilidades para trabajar con poblaciones vulnerables. El objetivo de este estudio fue realizar una revisión bibliográfica integradora sobre estrategias educativas aplicadas a la atención médica para personas privadas de libertad. Para ello, se introdujeron los descriptores “*education*”, “*prisons*” y “*health care*” en las bases de datos Scopus, Science Direct, NCBI (vía PubMed) y Google Académico, sin límite de tiempo, para responder a la pregunta de investigación “¿Qué estrategias educativas se aplican a la atención médica para personas privadas de libertad en el contexto de la educación para la salud?”. Se identificó la escasez de estudios sobre el tema, tanto durante la revisión integradora como durante la revisión bibliográfica no sistematizada para establecer el marco teórico y discutir los resultados. La revisión integradora seleccionó seis artículos, todos publicados a partir del siglo XXI. Estos artículos abarcaron programas de pregrado, posgrado y educación continua para la formación profesional y la educación para la salud de personas privadas de libertad. Fortalecer la investigación sobre esta temática en el contexto de la educación en salud es urgente y fundamental, a fin de promover la implementación curricular y el desarrollo de políticas públicas que apoyen la remodelación de la formación profesional y de los procesos de trabajo en el servicio de salud.

Palabras clave: enseñanza; atención a la salud; prisiones.

INTRODUÇÃO

Atualmente, aproximadamente 11 milhões de pessoas estão detidas em instituições penais em todo o mundo, seja como presos preventivos/provisórios ou condenados/sentenciados. Isto representa uma taxa de população prisional mundial de 140/100.000 habitantes (ICPR, 2024).

Neste cenário, a assistência à saúde é, em grande parte, limitada a assistência médica emergencial e prescrição de medicamentos, com escassas ações de promoção à saúde mental, educação em saúde ou prevenção de doenças. Além disso, a incidência de problemas psiquiátricos é alta e a maioria dos presos diagnosticados necessita de medicamentos psicotrópicos, os quais, quando prescritos de forma adequada, contribuem para a reabilitação da saúde do preso (Marega; Shima; Teston, 2020; Schutz *et al.*, 2017).

No entanto, o uso destes medicamentos durante a privação de liberdade é complexo e relaciona-se a não adesão, questões econômicas, dificuldade de controle, risco de abuso e medicalização. Restrição de substâncias como álcool e tabaco pode intensificar estes fenômenos, reforçando a contenção química em detrimento do cuidado integral. Desta forma, são usados para múltiplos propósitos no contexto prisional, com vistas a alcance da normalização da ordem e manutenção da segurança nas prisões (Marega; Shima; Teston, 2020).

Para Foucault (2007, 2014), existe um biopoder que atua sobre a vida, organizando, normatizando e disciplinando os corpos por meio de dispositivos como a medicina e as práticas de vigilância institucional. Trata-se de um poder que regula, produz e administra existências, operando sobre a saúde, o comportamento e até o desejo, em nome da ordem e da produtividade. Assim, o sistema prisional não apenas pune, mas produz subjetividades adoecidas, reforçando os ciclos de exclusão e vulnerabilidade.

Diante de implicações éticas, clínicas e institucionais do uso de psicofármacos, é necessária abordagem crítico-reflexiva sobre a formação de profissionais de saúde que atuarão neste cenário. A ausência de um arcabouço educacional sólido voltado à assistência à saúde mental desta população contribui para a reprodução de práticas medicalizantes que ignoram a integralidade do cuidado (Paim, 2008).

Mudanças contemporâneas no contexto do trabalho em saúde e atualização de concepções pedagógicas no ensino universitário apontam para a necessidade de desenvolvimento de capacidades profissionais em cenários de aprendizagem prática articulados com os ambientes em que o trabalho se desenvolve. Portanto, o paradigma de integração ensino / sistemas locais de saúde desafia o pensamento no sentido de inovações necessárias à aprendizagem significativa, a qual promove articulação entre local e global e expande capacidades profissionais (Ferla, 2021).

Desta forma, a formação em saúde deve integrar ensino, gestão, atenção e participação social, a fim de promover abordagem ampliada que considere as especificidades de cada território. No contexto prisional, esta perspectiva possibilita assistência mais qualificada, articulada às necessidades desta população e às dinâmicas institucionais do cárcere (Ceccim; Feuerwerker, 2004).

A assistência à saúde no sistema prisional é marcada por limites estruturais e institucionais, mas também por possibilidades de atuação que favorecem o desenvolvimento de uma assistência qualificada. Portanto, a formação acadêmica deve

contemplar experiências que promovam a compreensão das particularidades do sistema prisional, a fim de preparar profissionais de saúde para uma atuação mais humanizada e eficaz (Omena; Lima Santos; Pol-Fachin, 2024; Souza; Passos, 2008).

A prática vivencial em ambientes de vulnerabilidade contribui para o desenvolvimento de competências essenciais para que os profissionais compreendam e atuem de forma alinhada com os determinantes sociais em saúde. Estes exercem papel fundamental na configuração das desigualdades em saúde, tornando indispensável a capacitação de profissionais aptos a atuar em contextos que exigem equidade no cuidado (Buss; Pellegrini Filho (2007).

Diante desta conjuntura, a investigação de estratégias educacionais aplicadas ao ensino da assistência à saúde aplicado a pessoas privadas de liberdade é urgente e essencial, a fim de compilar o conhecimento científico já produzido sobre o tema e identificar lacunas de conhecimento e assistenciais a serem consideradas enquanto objeto de ensino / pesquisa / extensão e de políticas públicas.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi realizar revisão integrativa da literatura concernente a estratégias educacionais aplicadas ao ensino da assistência à saúde voltada a pessoas privadas de liberdade no contexto do ensino na saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

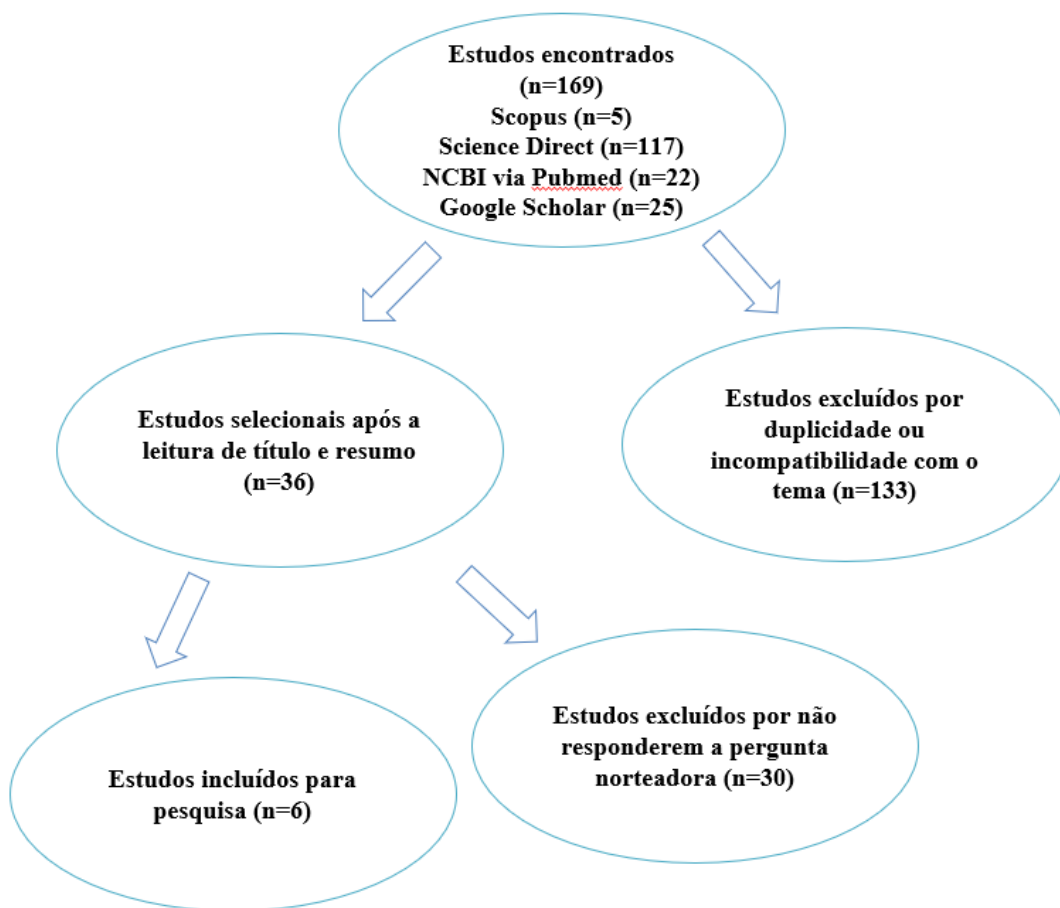
A presente revisão integrativa visou responder a pergunta de pesquisa “Quais as estratégias educacionais aplicadas ao ensino da assistência à saúde voltada a pessoas privadas de liberdade no contexto do ensino na saúde?”. Para tanto, foram incluídos artigos que respondessem a pergunta de pesquisa; escritos português, inglês e espanhol; sem recorte temporal. Por consequência, foram excluídos artigos que não se enquadraram nestes critérios, além de artigos incompletos e repetidos.

A busca na literatura foi realizada de forma sistematizada nas bases de dados *Scopus*, *Science Direct*, NCBI (via *PubMed*) e *Google Scholar*, a partir da aplicação dos descritores “educação”, “prisões” e “assistência à saúde” e seus respectivos termos em inglês “*education*”, “*prisons*” e “*health care*”, os quais foram interseccionados através do orientador *booleano* “*AND*”.

Inicialmente, foi realizada leitura flutuante de títulos e resumos, a fim de excluir artigos repetidos, incompletos e que não se enquadraram na pergunta de pesquisa. Feito isto, procedeu-se à leitura na íntegra dos artigos incluídos através da

leitura flutuante, a fim de selecionar os artigos que, de fato, responderam à pergunta de pesquisa. Este processo resultou na seleção de 6 artigos, conforme Figura 1.

Figura 1. Fluxograma da estratégia de busca para seleção de artigos



Fonte: autoria própria.

A partir dos 6 artigos selecionados, foram extraídas informações de autoria, título, ano de publicação e principais achados relacionados à pergunta de pesquisa, no caso, abordagens metodológicas utilizadas, objetivos pedagógicos propostos, perfil dos participantes e efeitos percebidos nas práticas formativas, conforme Quadro 1.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos selecionados foram organizados em ordem cronológica crescente em relação ao ano de publicação (Quadro 1), a fim de evidenciar o itinerário histórico de publicação de artigos científicos acerca do tema. Isto posto, os dados foram organizados de forma a possibilitar leitura comparativa das experiências identificadas.

Isto favoreceu a descrição das estratégias educacionais quanto a sua diversidade, efetividade e aplicabilidade, a constatação de desafios persistentes na formação em saúde para atuação em contextos prisionais e a apreensão de caminhos para novas investigações e fortalecimento do ensino na saúde para atuação neste contexto.

Quadro 1. Descrição dos artigos selecionados

AUTORES	TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	ACHADOS
WAKEMAN, S.E.; RICH, J. D.	Fulfilling the mission of academic medicine: training residents in the health needs of prisoner	2010	Defende-se a integração da formação em saúde prisional nos programas de residência médica, de forma que residentes devem ser expostos às necessidades de saúde dos detentos, com alta carga de doenças e barreiras significativas ao acesso a cuidados após a libertação. O estudo foi realizado nos Estados Unidos, tendo como contexto instituições acadêmicas norte-americanas comprometidas com a inclusão de temas ligados à justiça social na formação médica. Sugere-se que residentes estabeleçam cuidados com os detentos antes da libertação e organizem o acompanhamento na comunidade, promovendo a continuidade do cuidado e a reintegração social.
BROOKER, R.; HU, W.; REATH, J.; ABBOTT, P.	Medical student experiences in prison health services and social cognitive career choice: a qualitative study	2020	Estudo de descrição de criação e implementação de curso de 3,5 horas destinado a estudantes do 1º ano de Medicina na Johns Hopkins University School of Medicine. O curso foi projetado para abordar a lacuna existente nos currículos médicos em relação à saúde da população privada de liberdade, através da combinação de palestras, discussões baseadas em casos e apresentações de convidados. O estudo foi conduzido nos Estados Unidos, especificamente na cidade de Baltimore, estado de Maryland, onde está localizada a Johns Hopkins University. O curso explorou o histórico do encarceramento em massa nos Estados Unidos, as disparidades de saúde enfrentadas por esta população e os desafios na prestação de cuidados de saúde durante e pós-prisão. Resultados das avaliações pós-curso indicaram aumento significativo no conhecimento dos estudantes sobre questões relacionadas a este contexto, bem como maior interesse em advocacia e prestação de cuidados de saúde a esta população. Conclui-se que incluir tópicos relacionados à saúde desta população no currículo médico proporciona melhor preparo para atender populações marginalizadas e promover equidade na saúde.



CONGER, R.; TREAT, R.; HOFMEISTER, S.	The importance of correctional health care curricula in medical education	2022	Estudo de investigação de lacunas de conhecimento de estudantes de Medicina sobre Medicina Correcional e disparidades de saúde enfrentadas por detentos. Constatou-se que 56% dos respondentes tinham alguma interação com o sistema de justiça criminal ou com pessoas afetadas por ele. O estudo foi realizado nos Estados Unidos, com coleta de dados conduzida em múltiplas escolas médicas norte-americanas. Embora a maioria relatasse algum conhecimento sobre riscos e disparidades de saúde relacionados a este contexto, muitos desconheciam Medicina Correcional como subespecialidade. Conclui-se que há necessidade crescente de currículos de Medicina Correcional na educação médica para melhor preparo de futuros médicos para atender populações marginalizadas e promover equidade na saúde.
JEKER, B.; SHAW, D.; LAGNAUX, N.; WANGMO, T.; ELGER, B. S.	Motivation and training needs of prison healthcare professionals: findings from a qualitative study	2023	Estudo de investigação de motivações e necessidades de treinamento de profissionais de saúde que atuam em prisões de Suíça, Canadá e 3 países do Leste Europeu. Constatou-se que muitos profissionais ingressaram na área por experiências anteriores em ambientes prisionais, ou desejo de melhorar o sistema de saúde prisional. Destaca a importância de programas de treinamento específico para profissionais de saúde em prisões, visando melhoria da qualidade do atendimento e fixação destes profissionais.
BONATO, P. P. Q.; VENTURA, C. A. A.; CANE, R. M.; CRAVEIRO, I.	Health education initiatives for people who have experienced prison: a narrative review	2024	Revisão narrativa de análise dos efeitos de ações de educação em saúde voltadas a pessoas que passaram pelo sistema prisional. A revisão abrangeu estudos realizados majoritariamente em países de língua inglesa, com destaque para o Reino Unido e Estados Unidos, onde foram avaliados programas de intervenção implementados com indivíduos em situação de pós-libertação. Constatou-se melhora no bem-estar psicológico, com relatos de “pensamento mais claro” noventa dias após a libertação, sugerindo que a educação em saúde também impacta positivamente em aspectos cognitivos e emocionais. Conclui-se que tais iniciativas contribuem para incremento do conhecimento sobre temas de saúde, promovendo comportamentos preventivos e maior consciência sobre cuidados pessoais. Reforça-se o papel transformador da educação em saúde como ferramenta de reintegração social e promoção da autonomia entre pessoas egressas do sistema prisional.
SOUTH, A. M.; KARNIK, K. N.;	Health care for people who are	2024	Estudo de descrição de implementação de workshop para estudantes de Medicina do 3º ano sobre direitos, desafios e possibilidades





HIENEMAN, S.; MANGINO, A. A.; LOFWALL, M.	incarcerated; teaching third-year medical students about rights, challenges, and avenues of advocacy		de assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade. A atividade foi realizada nos Estados Unidos, com alunos de uma escola médica americana. Promoveu incremento de conhecimento e confiança entre os alunos, demonstrando que intervenções educativas breves podem contribuir para formação de profissionais mais sensíveis e preparados para atuar neste contexto.
--	--	--	---

Fonte: autoria própria.

Apenas 6 artigos responderam a pergunta de pesquisa. Adicionalmente, todos os artigos selecionados (100%) foram publicados no Século XXI. Estes dados evidenciam uma produção científica recente e escassa voltada ao tema, o que pode estar relacionado a transformações mais contemporâneas no contexto da formação médica. Esta escassez de estudos também foi constatada durante o processo de levantamento bibliográfico não sistematizado para construção do referencial teórico e discussão dos resultados deste estudo.

Um dos marcos que pode explicar esse movimento é a aprovação do *Global Consensus for Social Accountability of Medical Schools* (GCSA), em 2010. Este documento constitui referência internacional para a redefinição do papel social das Escolas Médicas, ao introduzir o conceito *social accountability* no ensino médico. Tal conceito refere-se à responsabilidade ética, política e técnica das instituições formadoras em responder de forma transparente às demandas sociais, com base em evidências e orientadas por resultados. Isso implica em uma formação voltada à atuação em contextos comunitários e vulneráveis, alinhada aos princípios da atenção primária e aos determinantes sociais em saúde (GCSA, 2010).

Por outro lado, nenhum estudo selecionado foi desenvolvido no Brasil, apesar da aprovação da Política Nacional de Atenção Integral À Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Portaria Interministerial nº 01/14, a qual regulamenta que as ações de saúde serão ofertadas por equipes interdisciplinares. Desta forma, a atenção primária deve ser ofertada por meio de equipes de atenção básica das unidades básicas de saúde definidas no território ou de equipes de saúde no sistema prisional. Logo, os serviços de saúde nas unidades prisionais estão estruturados como pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde (Brasil, 2014).



A discussão dos achados estruturou-se em 2 blocos temáticos, conforme os principais eixos identificados, no caso, 1) Integração da temática prisional à formação médica e 2) Iniciativas educacionais voltadas à população privada de liberdade.

1) Integração da temática prisional à formação médica

Os estudos destacam a escassez de conteúdos relacionados à saúde prisional nos currículos médicos e propõem a inclusão de disciplinas, oficinas e/ou cursos voltados à compreensão de determinantes sociais, barreiras de acesso ao cuidado e especificidades clínicas deste contexto em níveis de graduação, residência e educação permanente em saúde.

Em nível de graduação, estudantes de Medicina, em sua maioria, desconhecem as especificidades da atenção à saúde no sistema prisional e não reconhecem este campo como possibilidade concreta de atuação profissional. Embora relatem preocupação com as desigualdades enfrentadas por detentos, demonstram pouca familiaridade com as necessidades assistenciais deste grupo, reflexo da ausência do tema nas disciplinas formais do curso, o que restringe o envolvimento crítico e ético dos futuros profissionais com realidades marcadas pela exclusão social (Conger; Treat; Hofmeister, 2022).

Evidencia-se que a inserção de atividades formativas voltadas ao tema pode ampliar o senso de responsabilidade social e fomentar práticas profissionais mais comprometidas com a equidade, daí a importância de incorporar este tema à formação médica como forma de fortalecer sensibilidade ética, compreensão de determinantes sociais em saúde e capacidade de atuação em contextos de vulnerabilidade (Conger; Treat; Hofmeister, 2022).

Adicionalmente, defende-se que intervenções pontuais, mesmo breves, podem provocar mudanças significativas na formação de estudantes da área da saúde. *Workshops* e cursos voltados à discussão de direitos da população prisional e às implicações éticas do cuidado neste contexto incrementam o conhecimento factual sobre o tema e sensibilizam quanto às desigualdades estruturais que impactam o acesso e a qualidade da assistência. As atividades possibilitam aos estudantes refletir sobre suas percepções/preconceitos e despertar interesse por atuações socialmente engajadas (Brooker *et al.*, 2020; South *et al.*, 2024).

Em nível de pós-graduação, por sua vez, defende-se que os programas de residência médica devem incluir, de maneira estruturada, experiências práticas em

unidades de saúde vinculadas ao sistema prisional, favorecendo a compreensão mais abrangente de especificidades assistenciais e barreiras enfrentadas por esta população (Wakeman; Rich, 2010).

Muitos trabalhadores da saúde de unidades prisionais ingressaram nesta área motivados por razões pessoais, experiências anteriores ou senso de missão social. No entanto, a escassez de formação técnica voltada, especificamente, ao contexto prisional impacta negativamente o desempenho clínico e o bem-estar emocional destes, muitas vezes, expostos a situações de vulnerabilidade institucional e tensão constante. Ressalta-se a urgência da criação de políticas públicas que reconheçam a singularidade do cuidado neste contexto, com ênfase em estratégias de formação continuada, supervisão técnica e apoio psicossocial aos trabalhadores como forma de qualificar a assistência e valorizar profissionais que atuam em um dos contextos mais desafiadores da saúde pública (Jeker *et al.*, 2023).

Em seu conjunto, os autores argumentam que a articulação entre cuidados prestados dentro e fora das prisões é essencial para continuidade terapêutica e fortalecimento da integração entre os níveis de atenção, resultando em cuidado mais resolutivo e equitativo. Desta forma, observa-se a emergência de um movimento, ainda tímido, mas significativo, de valorização da saúde prisional como campo legítimo de saber e intervenção na formação médica. Portanto, tais iniciativas apontam para necessidade de incorporar, de forma transversal e sistemática, conteúdos e práticas relacionados ao contexto prisional nos projetos pedagógicos de cursos de graduação e residência e em iniciativas de educação permanente, a fim de superar abordagens pontuais e fragmentadas que ainda predominam no ensino tradicional.

Diante desse conjunto de evidências, constata-se a necessidade de repensar as políticas educacionais e institucionais voltadas à formação de profissionais que atuam no sistema penitenciário. Isso implica investir na qualificação técnica e reconhecer e valorizar as dimensões ética, relacional e humanizadora do cuidado em contextos de privação de liberdade. A formação destes trabalhadores deve, portanto, estar articulada com princípios de justiça social, direitos humanos e saúde coletiva, a fim de promover práticas mais sensíveis, críticas e comprometidas com a equidade.

2) Iniciativas educacionais voltadas à população privada de liberdade

A educação em saúde voltada à população prisional ou em processo de reintegração social configura-se como estratégia potente tanto para promoção da saúde

quanto para enfrentamento dos determinantes sociais associados a vulnerabilidade e exclusão. Estas iniciativas, mesmo quando desenvolvidas em contextos marcados por precariedade estrutural, revelam um campo fértil para ressignificação da experiência da privação e fortalecimento de capacidades individuais e coletivas.

Nesse contexto, destacam-se ações voltadas a prevenção do HIV, uso de substâncias psicoativas e saúde da mulher, tanto durante a privação de liberdade quanto no período pós-libertação. Utilizam-se metodologias diversas como oficinas participativas, entrevistas motivacionais, rodas de conversa, intervenções *mHealth*, dramatizações e ações educativas lideradas por pares. Um ponto central é a transição entre aprisionamento e libertação como momento-chave para implementação de intervenções educativas, dada a elevada vulnerabilidade física e psíquica que marca este período, o que representa risco para agravamentos clínicos e recaídas no uso de substâncias, mas também uma janela de oportunidade para reconstrução de vínculos sociais e engajamento em serviços de saúde (Bonato *et al.*, 2024).

Intervenções baseadas em entrevista motivacional mostraram-se eficazes para redução de comportamentos de risco e promoção de cuidados contínuos após saída da prisão. Atuação de educadores pares (pessoas em cumprimento de pena que se tornam multiplicadores das ações) também foi valorizada como estratégia pedagógica eficaz, pois promove identificação, horizontalidade e engajamento (Bonato *et al.*, 2024).

Efeitos dessas ações transcendem indicadores clínicos tradicionais, alcançando aspectos subjetivos como autoestima, percepção de pertencimento e senso de controle sobre a própria saúde. Tais dimensões, muitas vezes, negligenciadas em políticas públicas convencionais, são fundamentais para o fortalecimento de trajetórias de vida menos marcadas por exclusão social e retorno ao sistema de justiça criminal. Portanto, educação em saúde, quando adaptada ao contexto prisional / pós-prisional, contribui, significativamente, para aumento da literacia em saúde, redução de comportamentos de risco e ampliação da autonomia dos participantes (Bonato *et al.*, 2024).

Por outro lado, Bonato *et al.* (2024) também apontam lacunas importantes, no caso, escassez de intervenções voltadas a doenças crônicas não transmissíveis, limitado número de estudos com rigor metodológico robusto e ausência de políticas públicas consistentes que garantam continuidade e sustentabilidade destas práticas, características que, apesar de seu impacto positivo, seguem como desafios.

Portanto, a inserção de práticas de educação em saúde como eixo estruturante das ações no sistema prisional não deve ser vista apenas como ação pontual ou

compensatória, mas como parte de uma política integral de cuidado e reintegração. Ao articular saberes populares, estratégias participativas e reconhecimento da dignidade dos sujeitos, estas práticas tensionam a lógica punitivista dominante e contribuem para construção de um modelo mais humanizado de atenção à saúde no contexto prisional.

CONCLUSÃO

A escassez de estudos relacionados ao desenvolvimento e à aplicação de estratégias educacionais aplicadas ao ensino da assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade é uma realidade.

Os resultados deste estudo apontam para a necessidade de remodelagem de projetos pedagógicos e matrizes curriculares de cursos de formação profissional para curricularização do tema bem como de processos de trabalho no serviço de saúde.

Diante do exposto, é urgente e fundamental o fortalecimento de pesquisas no contexto do ensino na saúde sobre o tema, a fim de fomentar, sob perspectiva micro, sua implantação curricular e, sob perspectiva macro, o desenvolvimento de políticas públicas que apoiem os processos de implantação curricular e remodelagem do processo de formação profissional e dos processos de trabalho nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BONATO, P. P. Q.; VENTURA, C. A. A.; CANE, R. M.; CRAVEIRO, I. Health education initiatives for people who have experienced prison: a narrative review. **Healthcare (Basel)**, v. 12, n. 2, p. 274, 2024. DOI: 10.3390/healthcare12020274.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 01, de 02 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral À Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. 2014 [citado 2025 Out 03]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html.

BROOKER, R.; HU, W.; REATH, J.; ABBOTT, P. Medical student experiences in prison health services and social cognitive career choice: a qualitative study. **BMC Medical Education**, v. 18, p. 1-9, 2018. DOI: 10.1186/s12909-017-1109-7.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007. DOI: 10.1590/S0103-73312007000100006.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 14, p. 41-65, 2004.

CONGER, R.; TREAT, R.; HOFMEISTER, S. The importance of correctional health care curricula in medical education. **Journal of Correctional Health Care**, v. 28, n. 2, p. 84-89, 2022. DOI: 10.1089/JCHC.20.05.0042.

FERLA, A. A. Um ensaio sobre a aprendizagem significativa no ensino da saúde: a interação com territórios complexos como dispositivo. **Saberes Plurais Educação na Saúde**, v. 5, n. 2, p. 81-94, 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade volume I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ICPR - Institute for Crime & Justice Policy Research. World Prison Population List: fourteenth edition [Internet]. 2024 [citado 2025 Jun 13]. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_14th_edition.pdf.

JEKER, B.; SHAW, D.; LAGNAUX, N.; WANGMO, T.; ELGER, B. S. Motivation and training needs of prison healthcare professionals: findings from a qualitative study. **BMC Psychology**, v. 11, n. 1, p. 167, 2023. DOI: 10.1186/s40359-023-01076-8.

MAREGA, G.; SHIMA, V. T. B.; TESTON, A. P. M. O uso de psicofármacos no sistema prisional: um trabalho de revisão. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 79888-79905, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n10-422.

OMENA, B. L. S.; SANTOS, L. M.; POL-FACHIN, L. Caracterização da atenção à saúde de pessoas privadas de liberdade no Brasil: uma revisão de escopo. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 8, p. 5433-5455, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n8p5433-5455.

PAIM, J. S. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.



SCHULTZ, A. L. V.; DIAS, M. T. G.; LEWGOY, A. M. B.; DOTTA, R. M. Saúde no sistema prisional: um estudo sobre a legislação brasileira. **Argumentum**, v. 9, n. 2, p. 92-107, 2017. DOI: 10.18315/argum..v9i2.15380.

SOUTH, A. M.; KARNIK, K. N.; HIENEMAN, S.; MANGINO, A. A.; LOFWALL, M. Health care for people who are incarcerated: teaching third-year medical students about rights, challenges, and avenues of advocacy. **MedEdPORTAL: the journal of teaching and learning resources**, v. 20, p. 11464, 2024. DOI: 10.15766/mep_2374-8265.11464.

SOUZA, M. O. S.; PASSOS, J. P. A prática de enfermagem no sistema penal: limites e possibilidades. **Escola Anna Nery**, v. 12, p. 417-423, 2008. DOI: 10.1590/S1414-81452008000300004.

WAKEMAN, S.E.; RICH, J.D. Fulfilling the mission of academic medicine: training residents in the health needs of prisoners. **Journal of General Internal Medicine**, v. 25, p. 186-188, 2010. DOI: 10.1007/s11606-010-1258-4.

Submetido em: 31/07/2025

Aceito em: 03/10/2025

